

## **Avaliação empírica do emprego formal agropecuário na região Centro-Oeste no período de 2000 a 2008**

**Luís Abel da Silva Filho\***  
**Jorge Luiz Mariano da Silva\*\***  
**Silvana Nunes de Queiroz\*\*\***

*Empirical evaluation of the agricultural formal employment in the mid-western region from 2000 to 2008*

### **RESUMO**

O processo de mecanização da agropecuária brasileira tem provocado modificações na produção e no mundo do trabalho rural do país. De um lado, observam-se altas produtividades e, de outro, o emprego de pouca mão de obra. O presente artigo tem como objetivo analisar as características dos postos de trabalho gerados na agropecuária, na região Centro-Oeste, entre 2000 e 2008, mediante o contexto de modernização dos processos produtivos em tal setor. Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Os resultados sugerem que o emprego de tecnologias no processo de produção no meio rural tem precarizado o emprego na agropecuária do Centro-Oeste, ao apresentar queda na participação relativa dessa atividade quando comparado aos demais setores, especialmente serviços e comércio, além de rendimentos médios decrescentes entre 2000 e 2008. Em termos de perfil, em 2008, as vagas criadas foram predominantemente para a mão de obra masculina, composta por ocupados com até 29 anos, auferindo, em sua maioria, no máximo 2 salários, trabalhando em empresas de micro porte, com oportunidade de emprego especialmente para os mais escolarizados.

**Palavras-chave:** agropecuária, mecanização, saldo de vagas, Centro-Oeste.

---

**Recebido em 20.05.2010. Aceito em 20.08.2010**

\* Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN, bolsista CAPES. Pesquisador do Observatório das Metrópoles Núcleo de Natal, Linha II. Campus Universitário Lagoa Nova, 59078-900, Natal, RN, Brasil. E-mail: [abeleconomia@hotmail.com](mailto:abeleconomia@hotmail.com).

\*\* Doutor em Economia pelo PIMES - UFPE; Professor do Departamento de Economia; Programa de Pós-Graduação em Economia e em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Universitário Lagoa Nova, 59078-900, Natal, RN, Brasil. E-mail: [jdal@ufrnet.br](mailto:jdal@ufrnet.br).

\*\*\* Doutoranda em Demografia pelo NEPO/UNICAMP e Professora assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Rua Cel. Antônio Luis, 1161, 63100-000, Pimenta, Crato, CE, Brasil. E-mail: [silvanaqueirozce@yahoo.com.br](mailto:silvanaqueirozce@yahoo.com.br) ou [silvanaqueirozce@gmail.com](mailto:silvanaqueirozce@gmail.com).

## ABSTRACT

The mechanization process of agriculture in Brazil has caused changes in the production and in the world of rural work in the country. On one hand there are high productivities, and on the other hand, there is a low level of formal employment. Accordingly, this article aims to analyze the agricultural employment generation features in Midwest region between 2000 and 2008, in the circumstances of this sector's productive process. The data are from the Annual Social Information List (RAIS) and the General Register of Employed and Unemployed (CAGED), both of the Ministry of Labor and Employment (MTE). It is suggested that the advent of technology in rural areas has turned the employment conditions worse in agricultural sector in Midwest region by showing a decrease in the relative participation of this activity when it is compared to other sectors, especially services and commerce, and middle-income decreasing between 2000 and 2008. In terms of profile, in 2008, the jobs created were primarily for unskilled male labor force, consisting of occupied up to 29 years, the majority earning at most 2 wages, working on micro-sized companies with opportunities especially for the more educated.

**Key words:** agriculture, mechanization, balance slots, Mid-West.

*JEL Classification:* J40, J 43, J 44

## 1 Introdução

A modernização da agropecuária brasileira, iniciada com a mecanização nos anos de 1960 e ampliada para todo o país a partir dos anos de 1970, contribuiu com o ganho de produtividade da atividade agropecuária do país. A expansão da fronteira agrícola, a introdução de novas máquinas e a implantação de novos processos colaboraram com o aumento do *quantum* produzido, seja ele elencado pela expansão das áreas cultivadas ou pelo ganho de produtividade (Teixeira, 2005; Balsan, 2006).

O aumento da produção agropecuária brasileira colocou o país em lugar de destaque no mercado mundial na produção de café, cana-de-açúcar, laranja, soja, milho, bovinos, suínos, e equinos, entre outros. A análise regional aponta para a região Centro-Oeste como uma das maiores produtoras de grãos no país. A partir das duas últimas décadas do século XX, assiste-se, nas economias desenvolvidas e em países em desenvolvimento como o Brasil, um *trade-off* entre o aumento na produção e a queda nas ocupações, seguido da precarização dos postos de trabalho na atividade agropecuária

Na literatura brasileira, inúmeros estudos versam sobre a temática da expansão da produtividade e sobre o ganho da mesma advindo com o processo de mecanização da agropecuária. Esses estudos, ainda, são complementados com pesquisas que abordam a dinâmica do mercado de trabalho<sup>1</sup> agropecuário no país diante do processo de inovação no campo. No entanto, estudos específicos sobre o perfil socioeconômico dos empregados nessa atividade, na região Centro-Oeste, carecem de maior investigação.

Dessa forma, este artigo pretende analisar a evolução do emprego formal na atividade agropecuária, bem como o perfil socioeconômico dos postos de trabalho abertos na região Centro-Oeste do Brasil, em anos recentes. As informações foram obtidas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Registros Administrativos: RAIS e CAGED, 2008). Apesar das limitações das estatísticas do CAGED e da RAIS, por captarem apenas aqueles empregados com vínculo formal e regulamentado (celetista, estatutário, temporário e avulso regulamentado), não se reportando ao mercado de trabalho informal, essa base de dados é capaz de descrever o mercado de trabalho formal no Brasil, com desagregação até o nível municipal.

O artigo tem como hipótese básica que a intensa mecanização da atividade agropecuária na região Centro-Oeste, ao longo dos últimos anos, tem imposto ônus ao emprego rural ao diminuir a importância ou a participação da agropecuária na geração de empregos, quando comparado às demais atividades econômicas, notadamente ao comércio e aos serviços. Para o alcance dos objetivos propostos, essa pesquisa é composta por essa introdução, seguida da discussão sobre o processo de mecanização da agropecuária a partir da literatura vigente e das considerações acerca da expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste. Após, apresenta-se uma análise sobre a evolução e o perfil socioeconômico das vagas criadas na agropecuária na região Centro-Oeste entre 2000 e 2008 e, por fim, tecem-se as considerações finais.

## **2 A mecanização da agropecuária brasileira e os impactos no mercado de trabalho**

Desde os anos de 1960, a agropecuária brasileira tem se inserido no processo de modernização. Tal processo gera inúmeras consequências, sobretudo, para as comunidades rurais que exercem atividades voltadas ao campo, sem falar nos impactos ambientais (Balsan, 2006). Para Teixeira (2005), os impactos da modernização na agropecuária brasileira, a partir dos anos de 1960, foram observados, sobretudo, nos grandes centros regionais do país, notadamente nas regiões Sul e Sudeste. Contudo, a partir dos anos de 1970, observa-se a expansão para as demais regiões brasileiras, revelando ser esse um processo contínuo que se estenderia por todo o território nacional, em maior ou menor escala. Destaca-se, entretanto, que o processo de modernização/mecanização foi implantado de forma excludente, privilegiando o grande produtor em detrimento dos demais.

A partir dos anos 1990, os impactos do processo de inovação tecnológica implementado na atividade agropecuária no país, desde a década de 1960, têm atingido o mercado de trabalho. Por um lado, o aumento da tecnologia no campo tem ampliado a capacidade de produção e, conseqüentemente, da produtividade; por outro lado, tem provocado conseqüências negativas para a força de trabalho empregada na agropecuária.

[...] Nas regiões onde o processo de modernização agropecuária foi mais intenso (como é o caso do estado de São Paulo e da região Sul, por exemplo) as atividades agropecuárias geram uma demanda por mão de obra muito pequena e quase sempre qualificada, que é atendida por empresas de prestação de serviços localizados nas cidades próximas (Graziano da Silva, 2001, p. 8).

Nesse contexto, houve forte tendência à redução da força de trabalho na atividade agropecuária, atingindo, principalmente, aquela mão de obra que não dispunha de qualificação profissional para acompanhar o avanço tecnológico na agropecuária. O início da década de 1990 foi marcado por transformações estruturais na agropecuária do país. O Governo Collor conduziu as políticas macroeconômicas de forma que desestruturaram todos os setores da atividade econômica brasileira. Além da redução de políticas internas direcionadas ao setor agropecuário, a abertura econômica aprofundou as conseqüências iniciadas em âmbito interno no país. A entrada de produtos concorrentes em larga escala, produzidos com alta tecnologia, afetaram fortemente a produção nacional. Adicionando-se a isso, a política cambial implementada a partir de 1994 contribuiu com a desestruturação da agropecuária brasileira e culminou com a redução acentuada do emprego rural (Graziano da Silva, 1999).

De acordo com Kageyama (2004, p. 74),

no Brasil, as maiores transformações no mercado de trabalho agrícola ocorreram no período áureo da modernização da agricultura, entre 1960 e 1980. Os principais impactos da substituição do trabalho permanente pelo temporário deram-se nos anos 60 e 70 e a redução geral do emprego pelo aumento da mecanização e substituição de atividades foi mais intensa na década de 1980.

Belik *et al.* (2003) acrescentam que, a partir de 1995, no pós-real, se assistiu ao processo de introdução de tecnologia de ponta nas atividades agropecuárias do país, sobretudo nas culturas que demandavam mão de obra em larga escala em seu processo produtivo. A introdução de colhedoras mecânicas e máquinas agrícolas de alta tecnologia não somente reduziu a demanda por força de trabalho como também introduziu no processo um trabalhador com outro perfil. O que, por um lado, propõe mão de obra mais qualificada no campo, por outro, apresenta elevada redução da mesma nas atividades, além de beneficiar o capitalismo, uma vez que

a modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, tendendo a fortalecer a monocultura. Com a modernização ocorre o que vários autores denominam de “industrialização da agricultura”, tornando-a uma atividade nitidamente empresarial, abrindo um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos modernos (Teixeira, 2005, p. 22).

A busca pela competitividade dos produtos agropecuários brasileiros no mercado internacional tem induzido o processo de inovação tecnológica em larga escala no campo. Contudo, afirmam Belik *et al.* (2003) que essa inovação pode não ser suficiente para o ganho de espaço no mercado agropecuário do país, uma vez que a ausência de políticas macroeconômicas e de políticas agrícolas também pode contribuir para a redução da competitividade agropecuária brasileira. Todavia, continuam a aceitar a inovação como *sine qua non*.

O fato social mais perverso desse movimento em direção a uma maior mecanização do cultivo, muitas vezes ausentes dos debates, é que houve redução de milhares de postos de trabalho [...] colocando um enorme contingente de trabalhadores no desemprego (Belik *et al.*, 2003, p. 154).

Para Balsadi *et al.* (2003), embora haja oferta de crédito, essa, em muitos casos, restringe-se aos produtores que dispõem de significativa influência, ou seja, os grandes produtores. Mesmo com o apoio de outras instâncias, esses agropecuaristas não foram capazes de reduzir os impactos na redução de empregos, dado, sobretudo, pelo fato desses serem grandes empregadores de mão de obra e, também, serem protagonistas da mecanização na agropecuária brasileira. Dessa forma,

“embora o número de grandes propriedades seja relativamente baixo, sua participação na área cultivada e na quantidade produzida é muito elevada” (Belik *et al.*, 2003, p. 156).

O processo de reestruturação dessas atividades agropecuárias tem tido acentuado impacto no mercado de trabalho. O que agrava ainda mais o problema aqui exposto é que, segundo Graziano da Silva (2001), a redução do emprego nas atividades agropecuárias no campo impôs ônus elevados para o mundo do trabalho. Isso se deu, sobretudo, para a mão de obra com baixo nível de qualificação, notadamente aquela proveniente do cultivo da cana-de-açúcar, algodão, soja, dentre outras atividades, que eram demandantes de mão de obra em larga escala (Silva Filho *et al.*, 2009). Nesse sentido, Graziano da Silva (2001, p. 6) acrescenta que:

Dada a queda da renda proveniente das atividades agropecuárias, as famílias rurais brasileiras estão se tornando cada vez mais não agrícolas, garantindo sua sobrevivência através de transferências sociais (aposentadorias e pensões) e em ocupações não agrícolas.

Salienta-se, ainda, que a queda ocorre no rendimento das famílias; a produção agropecuária, contudo, vem crescendo em escala elevada e ganhando competitividade em mercados nacionais e internacionais.

### **3 Aspectos metodológicos**

Os dados trabalhados neste artigo foram levantados pelo MTE, por meio da RAIS e do CAGED, nos anos de 2000 a 2008. A RAIS é um Registro Administrativo, de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatório para todos os estabelecimentos, inclusive aqueles sem ocorrência de vínculos empregatícios no exercício, os quais recebem a denominação de RAIS Negativa (MTE, 2008). Na RAIS, são apresentados dois conjuntos de informações: o primeiro diz respeito à unidade *estabelecimento/empregador*, e o segundo refere-se ao *empregado*.

O tratamento aplicado aos dados dos estabelecimentos e vínculos empregatícios permite que as informações divulgadas tenham desagregação, inclusive em nível de município, de subatividades econômicas e de ocupações. Tais informações são disponibilizadas segundo o estoque (número de empregos) e a movimentação de mão de obra empregada (admissões e desligamentos), sendo elencadas por gênero, faixa etária, grau de instrução, rendimento médio,

faixas de rendimentos em salários mínimos, tipo de vínculo, tamanho do estabelecimento, natureza jurídica, tempo de serviço, tipo de admissão e causa do desligamento (MTE, 2008).

Por sua vez, o CAGED constitui outro Registro Administrativo com fonte de informação de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Assim como a RAIS, o CAGED oferece informações referentes aos estabelecimentos e aos empregados. O CAGED apresenta desagregações idênticas às da RAIS, em termos geográficos, setoriais e ocupacionais, possibilitando a realização de estudos que indicam as tendências mais atuais (MTE, 2008).

As principais vantagens no uso destes Registros estão relacionadas à abrangência da RAIS e do CAGED, atingindo até o município, e à diversidade de cruzamento em nível ocupacional e setorial. Dada a desagregação geográfica alcançada, outra vantagem apontada refere-se à disponibilização dos dados em período relativamente curto - cerca de 45 dias de defasagem - no caso do CAGED (MTE, 2008). Quanto às limitações, salienta-se a omissão de declaração dos estabelecimentos, secundada por erro de preenchimento. Esta última pode ocorrer por informações incompletas ou incorretas. Outro problema existente está relacionado às declarações agregadas na matriz, quando o procedimento correto seria o fornecimento dessas informações por estabelecimento. Esses problemas, principalmente o primeiro, ocorrem, frequentemente, em municípios menores. Em alguns setores, percebem-se informações mais comprometidas que em outros. Inserem-se, nesse contexto, a agricultura, a administração pública e a construção civil (MTE, 2008).

As análises das informações oriundas dos Registros Administrativos muitas vezes divergem das obtidas a partir das pesquisas domiciliares, em razão de diferenças metodológicas envolvendo, entre outras, a conceituação de variáveis, a cobertura, o período de captação das informações e as fórmulas de cálculo utilizadas. Há, portanto, necessidade de alguns ajustes, caso se deseje fazer estudos comparativos entre essas fontes de informações. No entanto, considerando as particularidades de cada uma, em termos gerais, verifica-se a mesma tendência na captação do fenômeno (MTE, 2008).

Diante das justificativas expostas anteriormente, a região Centro-Oeste será o foco desse estudo, no qual se optou por um recorte temporal de nove anos (2000-2008). Para captar a evolução do saldo de vagas do emprego formal na região Centro-Oeste e compará-la com a dinâmica da atividade agropecuária, alvo desse estudo, foram retiradas do CAGED as variáveis saldo de vagas por atividade econômica e saldo de vagas no setor agropecuário. Com o intuito de traçar o perfil socioeconômico dos ocupados na atividade agropecuária do Centro-Oeste, as variáveis investigadas foram: sexo, idade, grau de instrução, faixa de remuneração e porte do estabelecimento. Por seu turno, a partir da RAIS, foram obtidas variáveis sobre o salário médio na agropecuária e a relação entre a variável salário médio e o nível de escolaridade nesse mesmo setor de atividade econômica.

#### **4 Expansão da agropecuária para a região Centro-Oeste**

Segundo Brandão e Lima (2003), o processo de desenvolvimento e expansão da atividade agropecuária na região Centro-Oeste do Brasil ocorreu, notadamente, a partir da década de 1970. A necessidade de expansão da fronteira agrícola do país, pelo aumento crescente de interesses dos empreendedores do agronegócio brasileiro em expandir seus domínios territoriais, levaram à penetração da produção agropecuária ao cerrado.

[...] Foram vários os fatores que contribuíram para a expansão da agricultura brasileira por sobre as áreas dos cerrados, dentre eles devem ser considerados o escasseamento de terras próprias para desenvolvimento de cultivos em maiores escalas nas regiões Sul e Sudeste do país, a criação de programas especiais para agricultura nas áreas dos cerrados (empréstimos com juros subsidiados, por exemplo), a internacionalização do pacote tecnológico - revolução verde, crescimento do parque industrial brasileiro etc. (Brandão e Lima, 2003, p. 39).

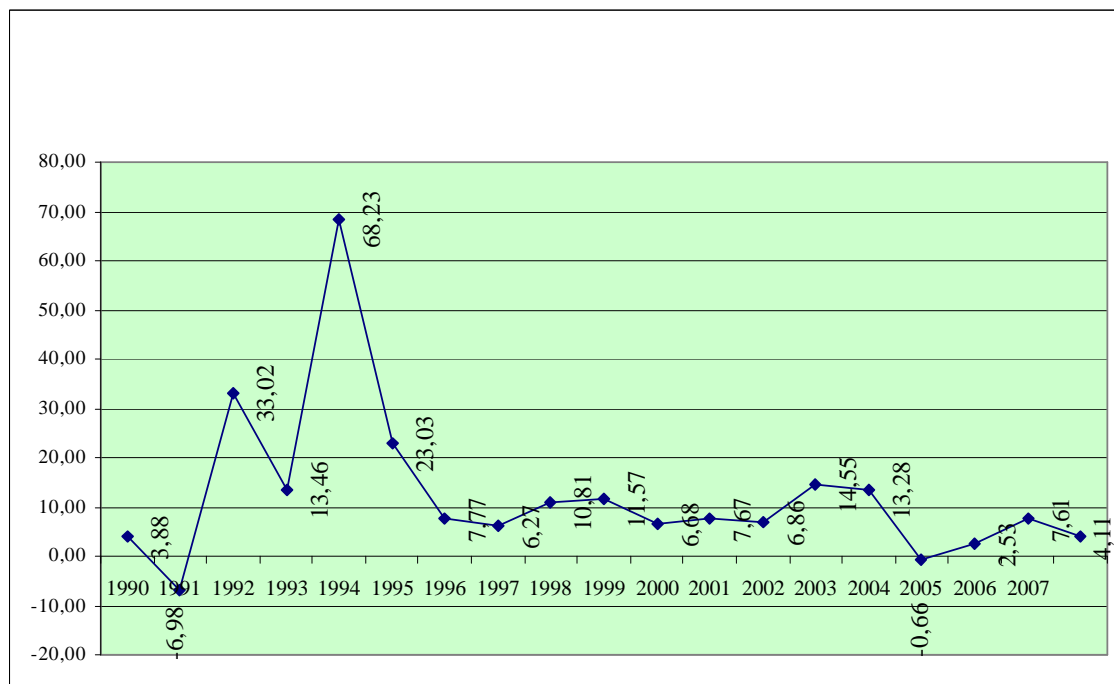
O espaço se transforma com o advento de atividades agrícolas no cerrado brasileiro e passa a configurar novos espaços produtivos no país. Uma série de programas de desenvolvimento da agricultura foi implementada no Centro-Oeste, dentre as quais Brandão e Lima (2003) citam: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados; Programa de Desenvolvimento da Região de Grande Dourados; Programa de Desenvolvimento do Pantanal; Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia; Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília; e Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil. Destaca-se que todos esses programas tinham como objetivo subsidiar as atividades agropecuárias da região.



Com os incentivos oferecidos pelos programas acima citados, a região conseguiu modernizar a agropecuária como um todo. No entanto, pequenos produtores que não absorveram os benefícios dos programas na mesma intensidade ou que não foram inclusos nos “pacotes tecnológicos” foram sucumbidos pelo processo. Junto com eles, foi levada uma grande quantidade de mão de obra desse setor, provocando consequências substanciais à força de trabalho que não dispunha de nível de qualificação suficiente para permanecer no mercado de trabalho que ora se modificava.

O processo que promoveu a expansão das atividades no cerrado brasileiro também promoveu a exclusão de mão de obra do processo produtivo da maioria das atividades agropecuárias, sobretudo daquelas intensivas em força de trabalho. Contudo, novas ocupações surgiram na agropecuária, atividades que certamente demandavam profissionais com outro perfil de qualificação e em menor escala, em comparação aos demitidos pela mecanização da agropecuária.

Gráfico 1: Variação do emprego formal na agropecuário no Centro-Oeste, de 1990 a 2008.  
Graph 1: Fluctuation of the formal employment in the agriculture sector in the Mid-Western region, from 1990 to 2008.



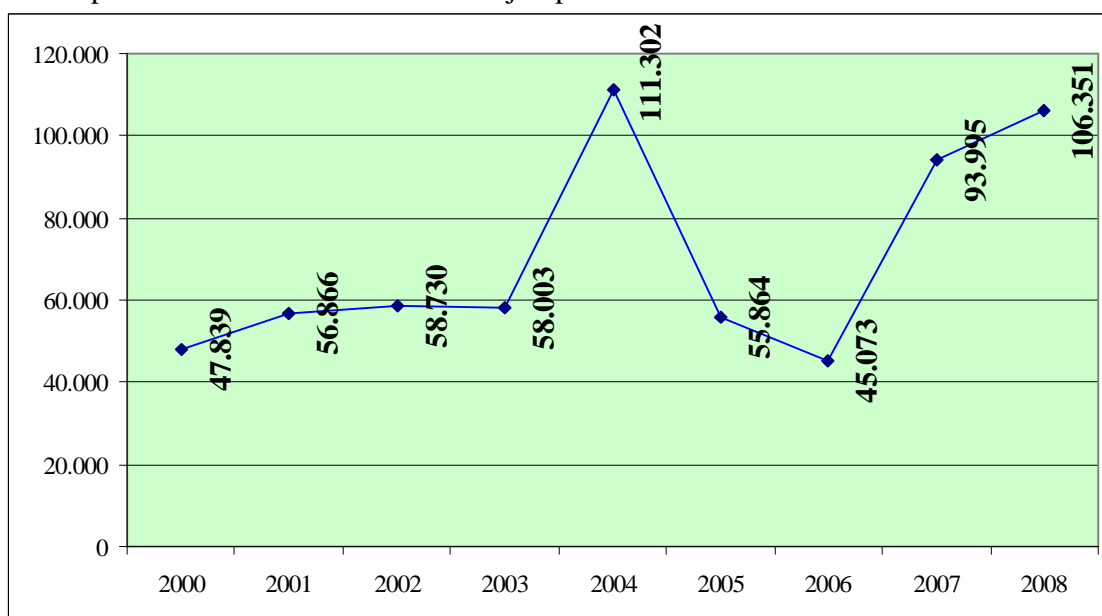
Fonte: RAIS/MET (2008).

Destarte, os dados expostos no Gráfico 1 ratificam a discussão aqui apresentada, quando conferem variações mais acentuadas no emprego formal agropecuário no primeiro quinquênio da década de 1990. Em 1994, foi registrada a maior variação positiva no número de empregos formais aqui observados, contudo, a partir de 1995, houve redução na taxa de crescimento do emprego formal no Centro-Oeste. Além disso, segundo Graziano da Silva (2001), com a valorização do câmbio pós 1995, observou-se a entrada de máquinas agrícolas de elevada tecnologia, o que colaborou com a redução na taxa de crescimento do emprego formal. Entretanto, somente nos anos de 1991 e de 2005, essa região apresentou variação negativa no número de empregos formais agropecuários. Após 1995, a variação no número de empregos, mesmo positiva, mantém-se modesta e com oscilações.

## 5 Evolução no saldo de vagas do emprego formal na região Centro-Oeste

Esta seção objetiva acompanhar a evolução no saldo de ocupações no mercado de trabalho, na região Centro-Oeste, entre 2000 a 2008, a partir da análise da criação de empregos por setores de atividade econômica, e, com isso, identificarem a participação da atividade agropecuária, setor alvo desse estudo.

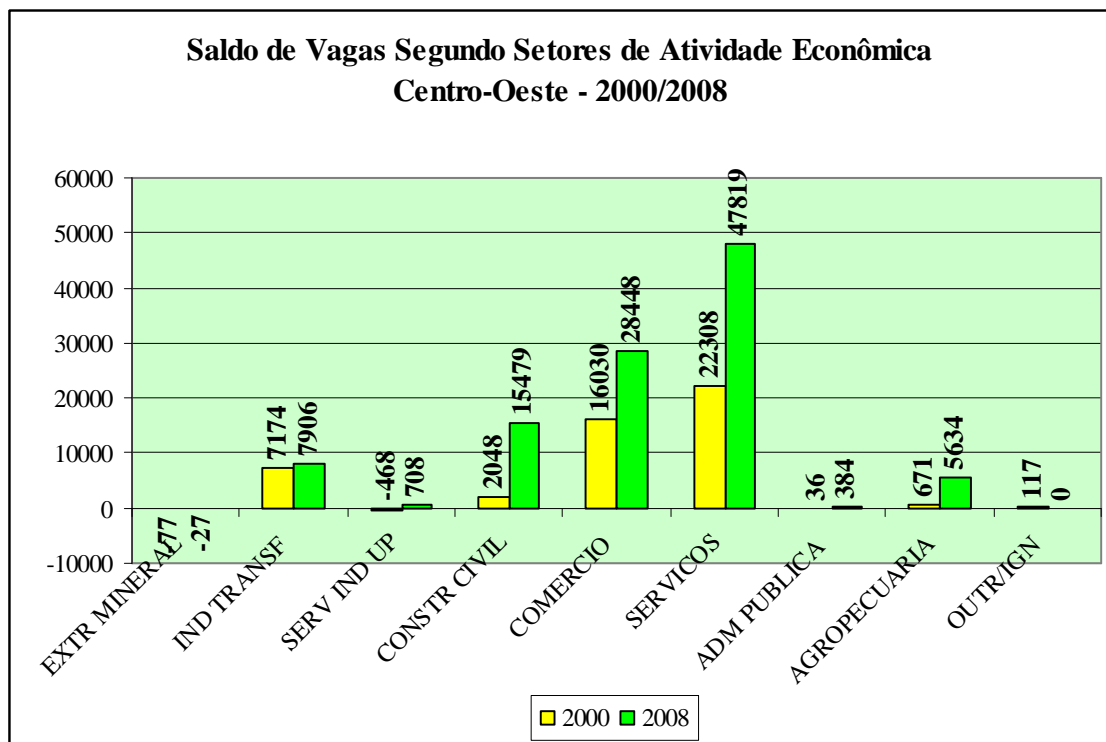
Gráfico 2: Evolução no saldo de vagas na região Centro-Oeste entre 2000 e 2008.  
Graph 2: Evolution in the number of job posts in the Mid-West between 2000 and 2008.



Fonte: CAGED/MET (2008).

Nos primeiros nove anos do século XXI, o saldo de vagas entre admitidos e desligados no mercado de trabalho da região Centro-Oeste tem mostrado bom desempenho, com momentos de declínio e outros de ascensão. O acumulado, entre 2000 e 2008, chega a 634.023 mil novos postos de trabalho. Em 2000, a região registrou a criação de 47.839 vagas com carteira assinada, mas, no período em estudo, o maior saldo foi registrado no ano de 2004, com 111.302 vagas, e o menor saldo foi registrado no ano de 2006, com 45.073 ocupações. O mercado de trabalho do Centro-Oeste tem mostrado dinâmica diferenciada, contudo, em todos os anos foi observado saldo positivo de empregos. Nos dois últimos anos da série em estudo, 2007 e 2008, foram criados, respectivamente, 93.995 e 106.351 empregos, o que confirma o bom desempenho na criação de emprego em todos os setores de atividade econômica, apesar da crise mundial no último trimestre de 2008.

Gráfico 3: Saldo de vagas segundo setores de atividade econômica no Centro-Oeste, 2000/2008.  
 Graph 3: Number of job posts according to sectors of economic activity in Mid-West, 2000/2008.



Fonte: CAGED/MET (2008).

Os dados do Gráfico 3 apresentam a criação líquida de postos de trabalho, segundo o setor de atividade econômica, em dois anos isolados: 2000 e 2008. Entre os grandes setores, em 2000,

o serviço de indústria de utilidade pública (-468) e a extrativa mineral (-77) foram os que apresentaram saldos negativos na região Centro-Oeste. Para o ano de 2008, somente a extrativa mineral teve saldo negativo de -27 vagas, com saldo positivo de empregos em todos os demais setores da economia.

De um saldo anual acumulado de 47.839 novos empregos, os maiores saldos positivos foram para o setor de serviços (22.308) e o de comércio (16.030), que juntos somam 80,14% das vagas criadas em 2000. A agropecuária aparece de forma tímida, com 671 postos de trabalho criados, contribuindo apenas com 1,40% das novas ocupações no Centro-Oeste. Em 2008, o setor de serviços continua liderando a geração de emprego, com 47.819 vagas de um total de 106.351 ocupações com carteira assinada. O comércio aparece novamente na segunda posição, registrando saldo positivo de 28.448 postos de trabalho, perfazendo com o setor de serviços 71,71% das novas ocupações de 2008, contra 80,14% em 2000. Essas duas atividades, especialmente o comércio, perderam espaço para a expansão na participação da construção civil (que passa de 4,28%, em 2000, para 14,55%, em 2008) e da agropecuária (contribui com 1,40% e aumenta para 5,30% entre 2000 e 2008).

A agropecuária, objeto dessa investigação, apesar de registrar saldo positivo de vagas nos dois anos em estudo, tem resultados modestos quando comparados à participação dos setores de serviços, comércio, indústria de transformação e construção civil que, em 2008, gerou 15.479 empregos com carteira assinada, contra 5.634 na agropecuária. Esses resultados indicam que, mesmo sendo uma das maiores produtoras de grãos do país, o processo de modernização pelo qual passou a atividade agropecuária na região Centro-Oeste teve impacto no mercado de trabalho, com os empregos crescendo em menor intensidade que a produção. No Centro-Oeste, Balsadi (2009, p. 36) constatou que

[...] a área cultivada com as 15 principais culturas cresceu 12,6% a.a. no período 2001-05. Em contrapartida, o número total de pessoas ocupadas na agropecuária cresceu apenas 1,4% a.a. (com taxas de 0,2% para os residentes urbanos e 2,1% para os residentes rurais).

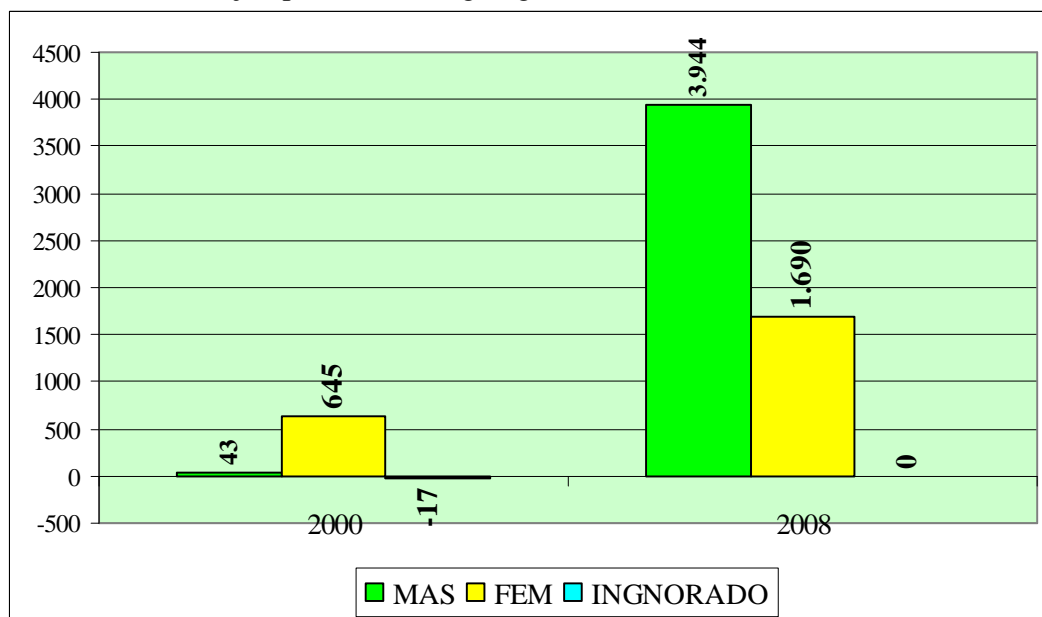
A intensificação do processo de modernização no campo tem provocado modificações no mundo do trabalho rural, pois, além do baixo número de ocupações na agropecuária, o mercado

de trabalho nessa atividade tem se tornado cada vez mais seletivo. Conforme indica Balsadi (2009, p. 36), “além de provocar a redução da demanda de mão de obra, a introdução de inovações tecnológicas mecânicas exige um novo perfil de trabalhador rural, com novas habilidades para processos produtivos mais automatizados”.

## 6 Perfil das vagas criadas na agropecuária do Centro-Oeste

Nesta seção pretende-se detalhar as características socioeconômicas das novas vagas criadas no mercado de trabalho formal no Centro-Oeste, com recorte específico para a atividade agropecuária nos anos 2000 e 2008. O Gráfico 4 revela o perfil dos ocupados na agropecuária do Centro-Oeste conforme o sexo. Os dados indicam que, entre 2000 e 2008, as oportunidades de emprego mostraram-se bastante distintas entre os sexos. Em 2000, o saldo de vagas foi favorável às mulheres, que, de um total acumulado de 671 novas vagas, ficaram com 641 (66,13%) postos, enquanto os homens, com apenas 43 ocupações.

Gráfico 4: Criação líquida de postos de trabalho de acordo com o sexo. Centro-Oeste, 2000-2008.  
Graph 4: Net creation of job posts according to gender. Mid-West, 2000-2008.



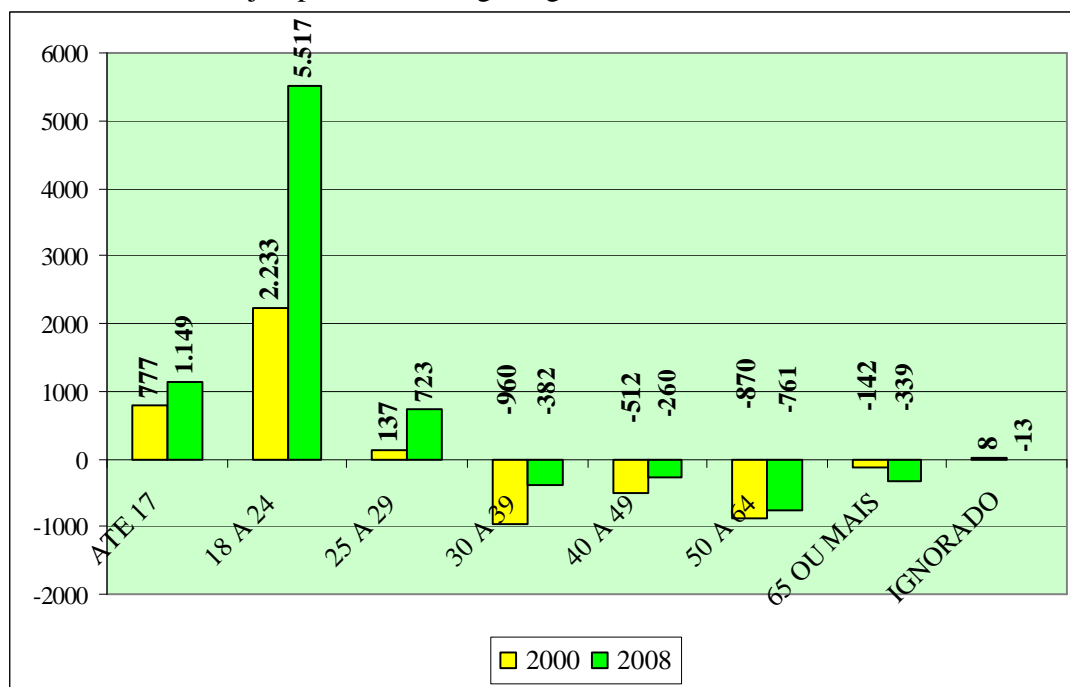
Fonte: CAGED/MET (2008).

Em 2008, ocorre uma inversão nos números: os novos postos de trabalho abertos na agropecuária, no Centro-Oeste, não são tão favoráveis para as mulheres quanto em 2000. De um

saldo total acumulado de 5.634 novas vagas, criadas em 2008, os homens ficaram com 5.634 (70%) ocupações, enquanto as mulheres participaram com 641 vagas, ou 30%.

Segundo Graziano da Silva (2001, p. 11), a redução do emprego formal no campo tem ocasionado efeitos perversos no meio rural. “[...] Especialmente para as mulheres rurais mais jovens, esta parece ter sido uma das poucas formas de inserção no mercado de trabalho nos anos 90, dadas as restrições crescentes à sua inserção na força de trabalho agrícola”. Nesse contexto, os dados ratificam a tendência da menor participação da mão de obra feminina no emprego rural nos primeiros anos do século XXI. No que diz respeito à faixa etária, os dados do Gráfico 5 mostram seletividade das novas vagas abertas na atividade agropecuária do Centro-Oeste. Em 2000 e em 2008, a geração de empregos concentrou-se entre a mão de obra mais jovem, que possuía, no máximo, 29 anos de idade. Para a força de trabalho acima de 30 anos, os registros mostram queima de postos de trabalho, em ambas as datas analisadas.

Gráfico 5: Criação líquida de postos de trabalho conforme a idade. Centro-Oeste, 2000/2008.  
Graph 5: Net creation of job posts according to age. Mid-West, 2000/2008.



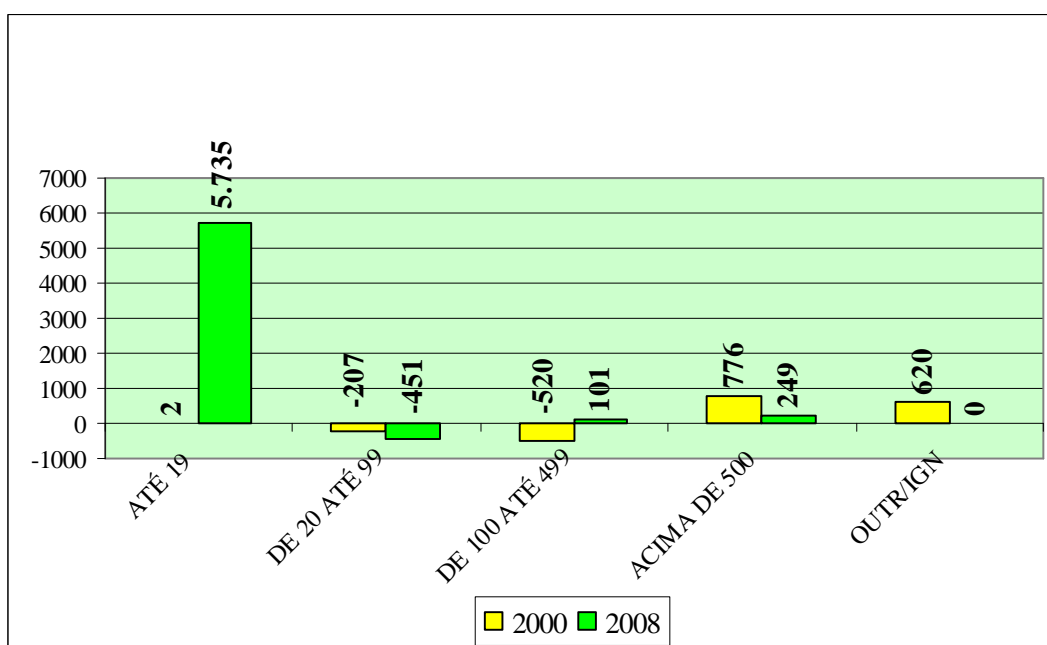
Fonte: CAGED/MET (2008).

Em 2000, as novas vagas concentraram-se nas faixas etárias de 18 a 24 anos (2.233), até 17 anos (777) e de 25 a 29 anos (137). Os demais grupos etários contabilizaram saldo negativo,

com destaque para os trabalhadores com idades entre 30 e 39 anos (-960 vagas), seguidos daqueles na faixa etária de 50 a 64 anos (-870), e entre 40 e 49 anos (-512). Chama a atenção o fato de trabalhadores relativamente jovens, entre 30 e 39 anos de idade, estarem “fora” da força de trabalho na atividade agropecuária do Centro-Oeste. Os resultados para o ano de 2008 foram semelhantes aos observados em 2000, com eliminação de empregos para as quatro últimas faixas etárias e abertura de novas ocupações para trabalhadores mais jovens, com no máximo 29 anos.

Gráfico 6: Criação líquida de postos de trabalho na agropecuária conforme o porte do estabelecimento. Centro-Oeste – 2000/2008.

Graph 6: Net creation of job posts in agriculture according to business size. Mid-West – 2000/2008.



Fonte CAGED/MET (2008).

Em 2008, continuou-se registrando queima de empregos para aqueles com 50 a 64 anos (-761), seguidos de trabalhadores entre 30 e 39 anos (-382), com 65 anos ou mais (-339) e na faixa etária de 40 a 49 anos (-260). Por sua vez, o grupo etário de 18 a 24 permaneceu apresentando maior demanda na agropecuária do Centro-Oeste, em 2008, com saldo de 5.517 novas ocupações, seguido daqueles com até 17 anos (1.149) e de trabalhadores entre 25 e 29 anos de idade (723). Quanto aos estabelecimentos, o gráfico 6 indica que, em 2000, empresas de pequeno porte<sup>2</sup> (de 20 a 99 empregados) e de porte médio (de 100 a 499 funcionários) eliminaram -207 e -520 ocupações, respectivamente. Por sua vez, nesse mesmo ano, os novos

empregos foram gerados nas empresas de micro (até 19 funcionários) e de grande porte (acima de 499 empregados), com saldo positivo de 2 e 776 empregos, respectivamente.

Em 2008, os resultados foram melhores. Apenas as empresas de pequeno porte apresentaram queima de 451 vagas, enquanto os demais estabelecimentos tiveram saldo positivo entre admitidos e desligados. Entre 2000 e 2008, houve mudança na demanda de trabalhadores conforme o porte da empresa. Em 2000, o estabelecimento de grande porte foi o líder na geração de empregos, com saldo de 776 novos postos de trabalho. No entanto, em 2008 as empresas de micro porte (até 19 funcionários) foram as que mais criaram vagas, com saldo positivo de 5.735 postos. Dessa forma, destaca-se o elevado número de empregos criados na agropecuária do Centro-Oeste pelos estabelecimentos de micro porte, que se posicionaram em primeiro lugar. Esses resultados mostram a importância e o fortalecimento das empresas de micro porte na geração de empregos.

Se bem viabilizada economicamente, a implantação de empreendimentos agroindustriais de pequeno porte, principalmente, envolvendo propriedades rurais familiares, tem potencial para promover a industrialização rural e a verticalização do setor primário, por meio de políticas de desenvolvimento empresarial rural. [...] Os principais objetivos ligados ao suporte à agroindústria de micro e pequeno porte são criar demanda de trabalho no campo, gerar renda e emprego, reduzir o fluxo migratório e estimular a produção e manutenção da biodiversidade de culturas e estimular o consumo de produtos processados pela agroindústria de pequeno porte (Nycha e Soares, 2007, p. 7).

Em relação ao grau de instrução (Gráfico 7), por faixa de escolaridade, em 2000, houve queima de 908 vagas para os trabalhadores com a 4ª série incompleta, seguido dos com escolaridade completa neste nível, com eliminação de 315 ocupações, registrando saldo positivo para os demais níveis de instrução. Por outro lado, as maiores demandas foram para trabalhadores com a 8ª série incompleta (971), seguido daqueles com o ensino médio incompleto (512) e a 8ª série completa (497).

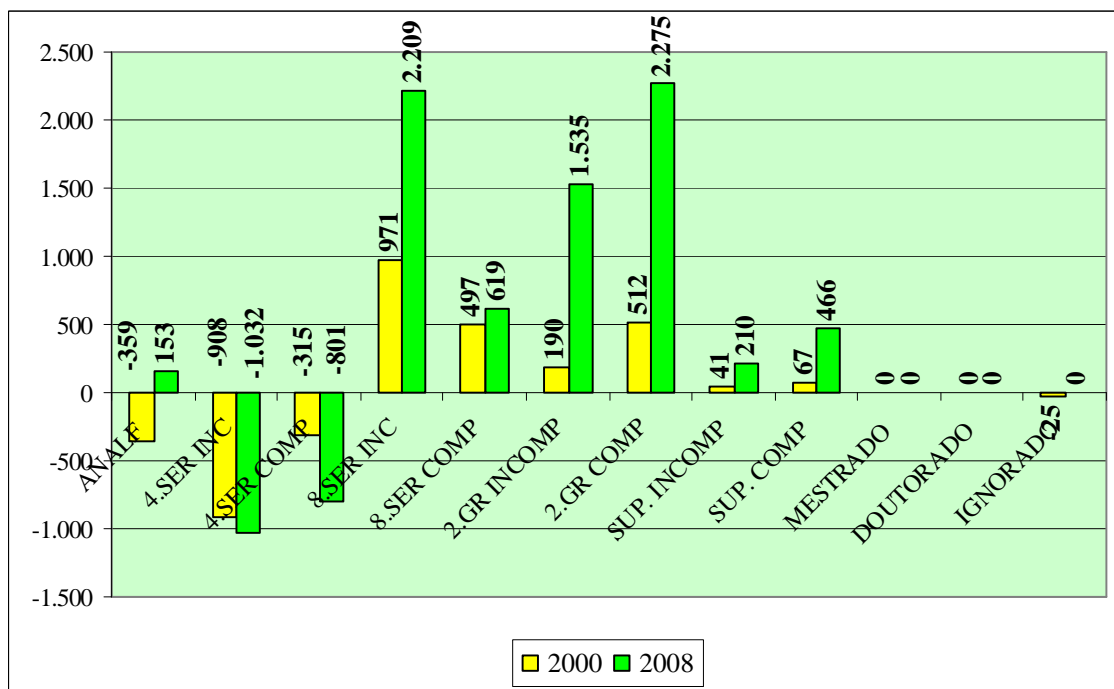
Entre 2000 e 2008, o mercado de trabalho tornou-se mais exigente, demandando trabalhadores cada vez mais qualificados. Em 2008, a maior demanda foi para trabalhadores com o ensino médio completo (2.275), acompanhado por 2.209 novas ocupações para a 8ª série incompleta, que foi o nível de escolaridade que apresentou mais oportunidades de emprego em 2000. Trabalhadores com o ensino superior completo tiveram saldo positivo de 466 novas ocupações, em 2008, contra apenas 67, em 2000. Destaca-se que nos dois períodos em estudo



houve saldo nulo entre admitidos e desligados para trabalhadores com mestrado e doutorado na agropecuária do Centro-Oeste. No tocante ao nível dos rendimentos oferecidos para os novos contratados na agropecuária do Centro-Oeste, mesmo com o aumento na demanda por mão de obra mais qualificada, entre 2000 e 2008 (Gráfico 7), não houve resposta no tocante aos rendimentos.

Gráfico 7: Criação líquida de postos de trabalho na agropecuária conforme grau de instrução. Centro-Oeste, 2000/2008.

Graph 7: Net creation of job posts in agriculture according to schooling level. Mid-West, 2000/2008.

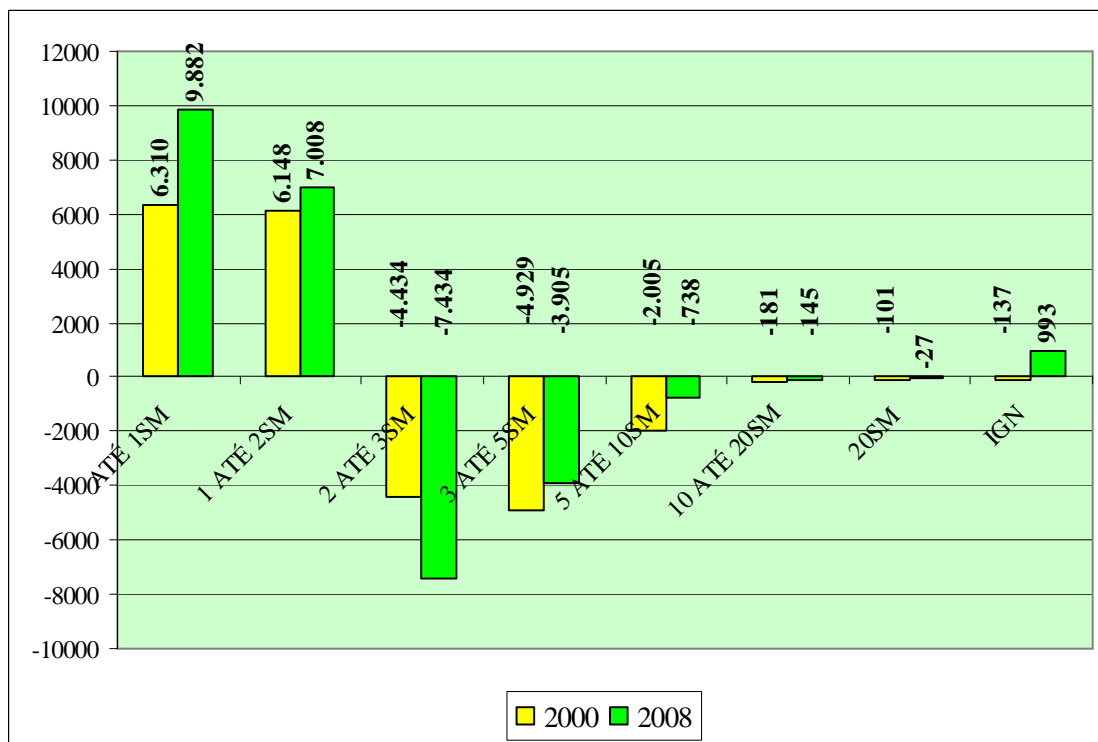


Fonte: CAGED/MET (2008).

No Gráfico 8, observa-se que, nos dois períodos em estudo, as novas vagas criadas foram, sobretudo, para as faixas salariais mais baixas, que remuneravam no máximo até 2 salários mínimos. Em 2000, 6.310 novos empregos tinham rendimentos até 1 salário mínimo, seguidos por 6.148 ocupações entre 1 e 2 salários mínimos. Em 2008, a dinâmica foi a mesma, com a maioria dos postos de trabalho na faixa de até 1 salário mínimo (9.882) e de 1 até 2 salários mínimos (7.008). Destaca-se que não houve saldo positivo, em 2000 e em 2008, para nenhuma faixa de rendimentos acima de 2 salários, apontando para a deterioração dos rendimentos na agropecuária.

Gráfico 8: Criação líquida de postos de trabalho na agropecuária conforme faixa de remuneração. Centro-Oeste, 2000/2008.

Graph 8: Net creation of job posts in agriculture according to salary range. Mid-West, 2000/2008.



Fonte: CAGED/MTE

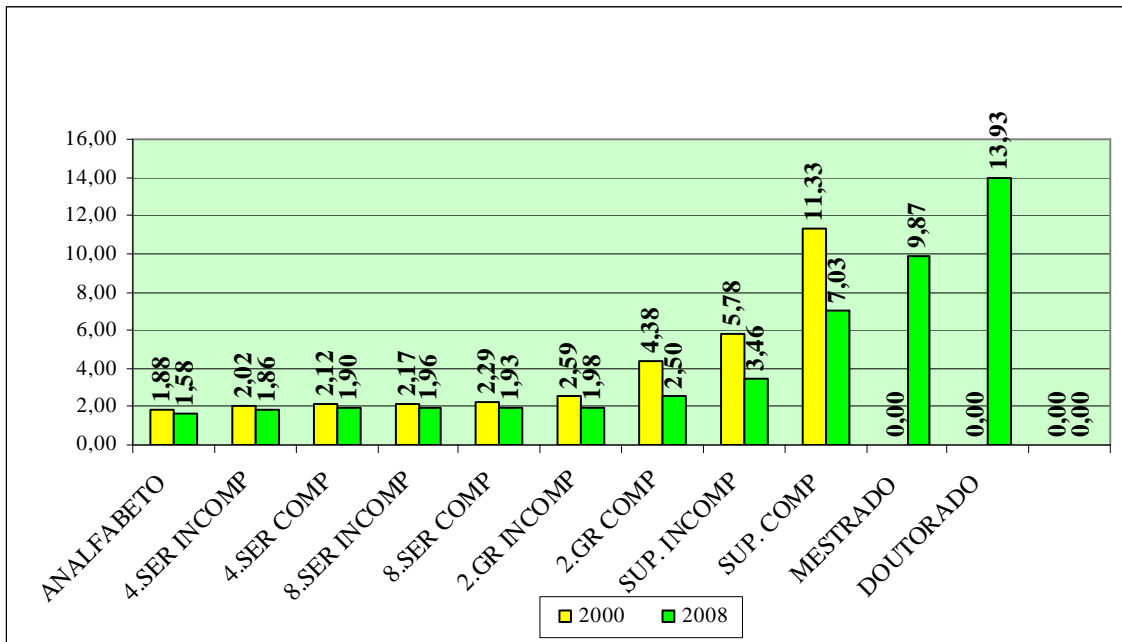
O Gráfico 9, que utiliza dados da RAIS/MTE, procura captar o perfil do trabalhador empregado na agropecuária do Centro-Oeste ao comparar a média salarial dos empregados de acordo com o nível de escolaridade. Observa-se, neste contexto, uma redução média nos salários para todos os níveis educacionais entre 2000 e 2008. Contudo, cabe frisar que, para a força de trabalho com melhor escolaridade, a queda no salário foi mais acentuada.

Em 2000, segundo os dados da RAIS/MTE, os ocupados com nível superior completo recebiam, em média, 11,33 salários mínimos e, em 2008, esse valor reduziu para 7,03 salários. Aqueles com superior incompleto passaram de 5,78 salários mínimos para 3,46 salários mínimos, e o trabalhador empregado na agropecuária com ensino médio completo, que ganhava 4,38 salários mínimos em 2000, reduziu seu provento para 2,50 salários mínimos, em 2008. Percebe-se, assim, que, no período de nove anos analisado (2000-2008), as maiores perdas foram para os trabalhadores com o ensino médio completo, com redução de 75,27% em seu salário, seguidos

dos empregados com nível superior incompleto (66,77%) e superior completo (61,21%). Por outro lado, as menores quedas nos rendimentos foram para os trabalhadores com a 4ª série completa (11,51%), com 8ª série incompleta (11,10%) e com a 8ª série completa (18,83%).

Gráfico 9: Salário médio na agropecuária conforme nível de escolaridade. Centro-Oeste, 2000/2008.

Graph 9: Average salary in agriculture according to schooling level. Mid-West, 2000/2008.

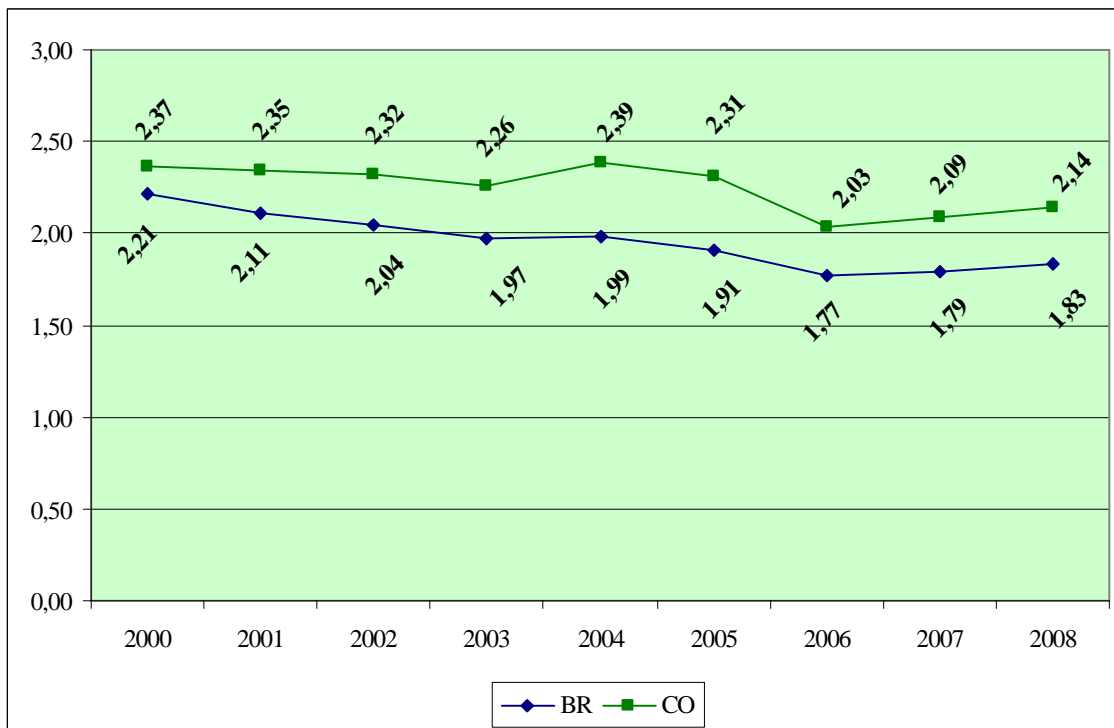


Fonte: RAIS/MET (2008).

Nota: Os dados referentes ao salário médio nesse artigo estão em valores nominais.

Esse resultado corrobora com os valores observados nos Gráficos 7 e 8, que apontam, segundo o CAGED/MTE, para um maior número de contratados em 2008, quando comparado ao ano de 2000. Porém, as empresas, agora, contratam trabalhadores mais qualificados com salários menores. Para a força de trabalho com mestrado e doutorado, foi constatada mão de obra empregada apenas no ano de 2008, de acordo com a RAIS/MTE. Empregados com o título de mestre na agropecuária recebiam, em média, 9,87 salários mínimos, rendimento menor do que o auferido por um trabalhador com superior completo em 2000. No caso dos trabalhadores com doutorado, estes ganhavam, em média, 13,93 salários mínimos em 2008, valor um pouco acima do que o recebido por aqueles com curso superior completo (11,33 salários mínimos) no ano 2000. Isso evidencia a perda do rendimento médio do trabalhador da agropecuária, mesmo diante de um quadro de melhoria educacional.

Gráfico 10: Salário médio na agropecuária: Brasil e Centro-Oeste, 2000/2008.  
Graph 10: Average salary in agriculture: Brazil and Mid-West, 2000/2008.



Fonte: RAIS/MET (2008).

Nota: Os dados referentes à média salarial, tanto para Brasil quanto para Centro-Oeste, estão em valores nominais.

No Gráfico 10, é possível observar que, apesar da perda salarial do trabalhador empregado na atividade agropecuária do Centro-Oeste, esse ainda auferia rendimento médio acima da média nacional, que era de 2,21 salários mínimos no ano de 2000 e caiu para 1,83 salários mínimos em 2008. Nesse mesmo período, o salário médio do trabalhador ocupado na agropecuária do Centro-Oeste passa de 2,37 para 2,14 salários mínimos. Esse resultado, no entanto, não é motivo de comemoração, uma vez que o valor desse rendimento médio é baixo, tendo apresentado intensa deterioração em um curto período de nove anos (2000-2008).

## 7 Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi fazer uma análise discursiva acerca das características das vagas de emprego abertas na agropecuária da região Centro-Oeste do Brasil a partir do processo de modernização pela qual passou essa atividade em tal região. Os dados da RAIS/MTE e do CAGED/MTE indicam evolução no saldo de vagas criadas entre 2000 e 2008, seguido de

crescente precarização, mediante a expressiva queda no rendimento médio dessas ocupações, apesar da melhora no nível de instrução de seus empregados. Esses dados corroboram com pesquisas de outros autores que mostram que os empregos não têm crescido na mesma proporção da produção, beneficiando, de certa forma, os grandes produtores.

Os resultados também ressaltam que o perfil dos empregos criados entre 2000 e 2008 modificou-se, tornando-se mais seletivo quanto ao sexo, à idade e à escolaridade, predominando a demanda por mão de obra masculina, com idade máxima de 29 anos, melhor nível de instrução, disposta a ganhar menos em 2008 que os rendimentos médios observados em 2000, em empresas de micro porte. Esses dados apresentam-se diferentes daqueles evidenciados no ano de 2000, quando as empresas de grande porte foram as que apresentaram maiores demandas por mão de obra.

Essa realidade vivenciada no meio rural brasileiro faz parte de um processo de redução da força de trabalho no campo, seguido da pouca proteção à força de trabalho rural. Destarte, faz-se urgente a necessidade de políticas públicas que procurem beneficiar a agricultura do país e garantir ao homem do campo, principalmente ao pequeno produtor e ao trabalhador agrícola menos escolarizado, o direito de permanecer executando suas atividades com uma vida mais digna, sendo capaz de manter o sustento de sua família sem que seja preciso emigrar para outras localidades em busca de emprego e melhor qualidade de vida.

### Referências

- BALSADI, O.V. 2009. Evolução das Ocupações e do Emprego na Agropecuária do Centro-Oeste Brasileiro no Período de 2001-05. *Informações Econômicas*, **39**(1):32-40.
- BALSADI, O.V.; BORIN, M.R.; GRAZIANO DA SILVA, J.; BELIK, W. 2002. Transformações Tecnológicas e a Força de Trabalho na Agropecuária Brasileira no Período de 1990-2000. *Agric.*, **49**(1):23-40.
- BALSAN, R. 2006. Impactos Decorrentes da modernização da Agricultura Brasileira. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*, **1**(2):123-151.
- BELIK, W.; BALSADI, O.V.; BORIN, M.R.; CAMPANHOLA, C.; DEL GROSSI, M.E.; SILVA, J.G. da. 2003. O emprego rural nos anos 90. In: M.W. PRONI; W. HENRIQUE (orgs.),

*Trabalho, Mercado e Sociedade: o Brasil dos Anos 90*. São Paulo/Campinas, Editora UNESP/Instituto de Economia UNICAMP, p. 153-198.

BRANDÃO, S.L.; LIMA, S. do C. 2003. Espaço da Produção Agrícola no Centro-Oeste brasileiro, uma Paisagem em Questão. *Caminho da Geografia – Revista Online*, 4(8):38-45.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. 1999. *O novo rural brasileiro*. Campinas, UNICAMP/IE, 153 p. (Coleção Pesquisas 1).

GRAZIANO DA SILVA, J. 2001. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: SEMINÁRIO O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/rurbano.html>. Acesso em: 22/10/2001.

KAGEYAMA, A. 2004. Mudanças no Trabalho Rural no Brasil, 1992-2002. *Agric.*, 51(2):71-84.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). 2008. Bases estatísticas online. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 13/03/2010.

NYCHA, L.; SOARES, A.C.C.S. 2007. A relação do processo agroindustrializante e a pequena propriedade rural: prospecções para o desenvolvimento local/regional. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE – ECOPAR, V, Curitiba, 2007. *Anais...* Curitiba, 2007, p. 1-25.

REGISTROS ADMINISTRATIVOS: RAIS e CAGED. 2008. Brasília, MTE, SPPE/DES/CGET, p. 1-17.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICROS E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE-SP/ FIPE. 1999. *Estudo da mortalidade das empresas paulistas*. São Paulo, SEBRAE-SP/FIPE, Pesquisas Econômicas, 52 p.

SILVA FILHO, L.A. da; VALE, F.F.R. de; SILVA, V.P. da. 2009. Perfil da mão-de-obra formal na agropecuária nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, nos anos de 1998 e 2008. In: ENCONTRO SOBER REGIONAL NORDESTE, IV, Campina Grande, 2009. *Anais...* Campina Grande, 2009, p. 1-14.

TEIXEIRA, J.C. 2005. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 2(2):21-42.

---

<sup>1</sup> Graziano da Silva (2001), Kageyama (2004), Belik *et al.* (2003) e Teixeira (2005) são autores que tem se dedicado a esse assunto.

<sup>2</sup> A definição sobre o porte do estabelecimento/empresa segue a classificação do SEBRAE (1999), a partir do número de empregados e do setor de atuação.